

Mercadante cobra fato concreto

Somente a partir de dados concretos, como checagem de emendas e subvenções apresentadas por esses parlamentares, assim como o envolvimento de cada um com a Comissão Mista de Orçamento, é que, segundo o deputado Aloízio Mercadante (PT/SP), a CPI deve decidir se investiga ou não esses novos parlamentares.

O deputado Sigmaringa Seixas (PSDB/DF) disse, ontem, que na Subcomissão de Emendas da CPI não existe, até agora, nenhum documento que aponte o envolvimento do presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL/PE), e dos deputados Benito Gama (PFL/BA) e José Maranhão (PMDB/PB) em corrupção na Comissão Mista de Orçamento.

Bandido — O senador Ney Maranhão (PRN/PE), porém, acha que o coordenador da Subcomissão de Bancos, Benito Gama, deverá ser o primeiro a querer esclarecer o seu envolvimento. Sobre o presidente da Câmara, Ney Maranhão não quis se alongar e, mudando o seu tom de voz, disse enfático: "Acusado por esse bandido, Inocêncio deve se sair bem".

Também o senador Élcio Alvares (PFL/ES) acha que a CPI

deve ouvir todos os novos acusados, mas faz uma ressalva: deve, primeiro, considerar se há "indícios plausíveis". Ressalta que "60 por cento das denúncias de José Carlos dos Santos têm fundamento".

Na realidade, José Carlos admite em sua carta não ter "indicações concretas" sobre o envolvimento dos 16 parlamentares que acusa. Ele redigiu os nomes em uma notinha à parte, com letra ainda mais ilegível do que no texto da carta, já bastante difícil de se ler. A íntegra da carta é a seguinte.

"À Polícia Federal e à CPI do Orçamento. Espero que cumpram seu papel na passada a limpo deste País. Tudo que falei é verdade (inclusive do deputado Sérgio Guerra e do deputado José Carlos Vasconcellos), a não ser pequenos lapsos nas datas e nomes de relatores quando falei à CPI.

"Além do DNER e do MAS (Ministério da Ação Social), verifiquem para valer o DNOCS, o INCRA (à época em que Bruzi, amigo de Mário Reinaldo, trabalhava lá), a SDR e agora o MIR (Ministério da Integração Regional), as usinas hidrelétricas e a eletrificação rural (além da construção de hospitais e escolas).